

# Quadro comparativo do Projeto de Lei do Senado nº 388, de 2011 – Complementar

1

Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003	Projeto de Lei do Senado nº 388, de 2011 – Complementar	Emenda nº 1 – CAE/CDR
	Altera a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, para dispor sobre a base de cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza dos serviços prestados pelas agências de viagens.	
	O CONGRESSO NACIONAL decreta:	
	<b>Art. 1º</b> O <a href="#">art. 7º da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003</a> , passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:	
		<b>Emenda nº 1 – CAE/CDR</b> Dê-se ao § 4º do art. 7º da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, na forma do art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 388, de 2011 – Complementar, a seguinte redação:
<b>Art. 7º</b> A base de cálculo do imposto é o preço do serviço.	“ <b>Art. 7º</b> .....	“ <b>Art. 7º</b> .....
..... § 3º (VETADO)	.....	.....
	§ 4º Os serviços descritos pelo subitem 9.02 da lista de serviços anexa a esta Lei Complementar, prestados por agências de turismo remuneradas por comissão, terão como base de cálculo do imposto o valor bruto da comissão recebida e o valor agregado pela agência ao custo das mercadorias e serviços oferecidos.”(NR)	§ 4º O imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza incidente sobre os serviços descritos pelo subitem 9.02 da lista de serviços anexa a esta Lei Complementar, prestados por agências de turismo que exerçam atividade econômica de intermediação remunerada entre fornecedores e consumidores, terá como base de cálculo o valor da comissão recebida pelos fornecedores e o valor que as agências agregarem ao preço de custo dos serviços turísticos.
		..... (NR)”
	<b>Art. 2º</b> Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação.	

